



Utilize o QrCode para
acessar nosso portal



CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

PROCESSO N.º
5030706-18.2020.8.21.0001

71º Relatório Mensal de Atividades

Competência: fevereiro/2023
Apresentado em maio de 2023



medeiros²
administração judicial



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO
 1. Cronograma processual
 2. Acompanhamento processual
2. RESUMO
 1. Resultados
 2. Quadro de colaboradores
 3. Fluxo de caixa
 4. Endividamento concursal
 5. Cumprimento do Plano de Recuperação Judicial
 6. Pendências e esclarecimentos
 7. Acompanhamento do Administrador Judicial
3. DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS
 1. Balanço Patrimonial
 2. Demonstrativo de Resultados
 3. Fluxo de Caixa
4. ENDIVIDAMENTO EXTRACONCURSAL
 1. Dívida tributária
 2. Bancos credores não sujeitos à RJ
5. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 1. Proposta de pagamento
 2. Prestação de contas



O pedido de Recuperação Judicial foi ajuizado em 10.11.2015, tendo seu processamento deferido em 19.11.2015.

Acerca da tramitação processual, importante destacar que o Juízo fixou como marco temporal inicial para cumprimento do Plano e Recuperação Judicial a data de 06.11.2017, dia em que publicadas as decisões que julgaram os recursos interpostos, contra a decisão de concessão da Recuperação Judicial.

O presente relatório reúne de forma sintética as informações operacionais, financeiras, econômicas e processuais da Recuperação Judicial da empresa CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA.

Os dados foram coletados e analisados pela Medeiros & Medeiros Administração Judicial, na qualidade de administradora judicial da empresa Recuperanda.

As referidas informações foram extraídas dos autos da recuperação judicial, principalmente, as contábeis e financeiras e, em especial, das visitas técnicas ocorridas nas obras da empresa, bem como de reuniões com os procuradores e representantes da Recuperanda.

A Recuperanda vem cumprindo suas obrigações processuais, com a apresentação das contas demonstrativas mensais (art. 52, IV, da LREF). O prazo para envio das demonstrações contábeis e demais documentos requeridos à CBG é o dia 15 do mês subsequente. Esta Administração Judicial recebeu os documentos de fevereiro/2023, com atraso, em 03/04/2023. Os questionamentos enviados em 26/04/2023, foram respondidos em 28/04/2023. Todos os documentos que serviram de base para a elaboração do

presente relatório estão disponíveis para consulta no site www.administradorjudicial.adv.br e informações adicionais ou complementares podem ser obtidas diretamente com a Medeiros & Medeiros Administração Judicial.

O RMA (Relatório Mensal de Atividades) reflete a análise técnica contábil, limitada às informações disponibilizadas, não exaustivas, sobre a situação da empresa.

1. ASPECTOS JURÍDICOS – CRONOGRAMA PROCESSUAL DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL



Data	Evento	Lei 11.101/05	Data	Evento	Lei 11.101/05
10.11.2015	Ajuizamento do Pedido de Recuperação		29.05.2016	Fim do prazo para apresentar impugnações ao Juízo (10 dias após publicação do 2º Edital)	art. 8º
19.11.2015	Deferimento do Pedido de Recuperação.	art. 52, inciso I, II, III, IV e V e § 1º	19.08.2016	Publicação do Edital de convocação para votação do PRJ - AGC (15 dias de antecedência da realização da AGC)	art. 56, § 1º
25.11.2015	Publicação do deferimento no D.O.		13.10.2016	Prazo limite para votação do PRJ em AGC (150 dias após o deferimento da recuperação)	art. 56, § 1º
19.01.2016	Publicação do 1º Edital pelo devedor.	art. 52, § 1º	19.05.2016	Fim do prazo de suspensão do curso da prescrição de ações e execuções contra o devedor (180 dias após o deferimento da recuperação)	art. 6º, § 4º
03.02.2016	Fim do prazo para apresentar habilitações e divergências ao AJ (15 dias da publicação do 1º Edital)	art. 7º, § 1º	03.03.2017	Homologação do PRJ	
01.03.2016	Apresentação do Plano de Recuperação ao Juízo (60 dias após publicação do deferimento da recuperação)	art. 53	06.11.2017	Marco temporal fixado pelo juízo, para fins de cumprimento do plano	
19.05.2016	Publicação de aviso sobre o recebimento do PRJ no D.O.	art. 53, § Único	06.11.2019	Fim do prazo de recuperação judicial, se cumpridas todas as obrigações previstas no PRJ de 2 anos após a concessão de recuperação judicial)	art. 61
18.06.2016	Fim do prazo para apresentar objeções ao PRJ (30 dias após a publicação do 2º Edital ou 30 dias após a publicação do aviso de recebimento do PRJ)	art. 53, § Único e art. 55, § Único	31.01.2023	Aguarda-se cumprimento das obrigações previstas no plano para encerramento do processo.	
19.05.2016	Publicação do Edital pelo AJ - 2º Edital (45 dias após apresentação de habilitações/divergências)	art. 7º, § 2º			

Nota: Quadro elaborado pela Administradora Judicial com base nos processos previstos na Lei 11.101/05 e as datas de suas ocorrências conforme o trâmite processual.

 Eventos ocorridos
 Data estimada



SITUAÇÃO ATUAL DO PROCESSO

- A decisão do evento 276, proferida em 11.12.2020, concedeu prazo de 15 (quinze) dias à Recuperanda para comprovação do adimplemento integral da classe preferencial líquida inferior a R\$ 70.000,00 e das classes quirografária e ME/EPP referente aos créditos inferiores a R\$ 10.000,00. Recebeu mesmo prazo para apresentar o plano de loteamento do imóvel de matrícula n.º 5.862, a ser destinado aos créditos trabalhistas superiores a R\$ 70.000,00, e indicar a solução a ser dada às rubricas de FGTS devidas à categoria. A decisão também deferiu a alienação das UPIs, adotando a modalidade de leilão, na forma do art. 142, I, da Lei 11.101/2005. A empresa demonstrou à Administração Judicial a quitação de parte dos créditos determinados, sendo que maiores informações sobre o cumprimento do PRJ poderão ser apreciadas no item "Prestação de Contas" neste relatório.
- Sobre os créditos trabalhistas superiores a R\$ 70.000,00, a Recuperanda se manifestou no evento 299, em 27.01.2021, indicando estar na fase de expedição da licença ambiental. Para tanto, postulou a dispensa da apresentação de determinadas certidões negativas exigidas pelo Registro de Imóveis para individualização dos lotes, o que foi deferido pelo Juízo o evento 306. A mesma situação apresentou quanto ao loteamento do imóvel de matrícula n.º 2.216, destinado ao pagamento dos credores com garantia real e credores aderentes. Recentemente, no evento 340, informou que o processo de individualização das matrículas está em andamento junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Portão/RS.
- Na decisão do evento 306, além de deferir a dispensa de apresentação das certidões negativas, o Juízo nomeou o Leiloeiro José Santayana para promover a alienação das UPIs, conforme PRJ. O profissional apresentou o edital de leilão no evento 345, estando no aguardo da homologação das datas pelo Juízo e posterior publicação no Diário de Justiça Eletrônico.
- Acerca dos débitos de FGTS, a Recuperanda se manifestou recentemente no evento 327, indicando ter solicitado adesão ao Programa de Parcelamento MP 899/2019 e Portaria 11.956/2019, estando finalmente habilitada a proceder com o parcelamento das verbas. Informa estar diligenciando junto à PGFN/CEF para efetivação das parcelas.
- Já no evento 326, a empresa reiterou pedido de baixa de constrições judiciais, bloqueios da Fazenda Nacional e alienação de veículos. Sobre as constrições judiciais e bloqueios da Fazenda Nacional, a Administração Judicial apresentou manifestação no evento 342, não se opondo ao pedido. Já sobre o pedido de alienação de bens, postulou maiores esclarecimentos da Recuperanda sobre quais são os bens pretendidos e sua situação atual. A empresa apresentou documentação pertinente ao patrimônio a ser alienado diretamente à Administração Judicial, que se manifestou favoravelmente ao pedido. Não houve deliberação sobre o ponto, nem reiteração do pedido pela Recuperanda.
- Foram realizadas as três chamadas de leilão das UPIs, conforme previsto no PRJ, nos dias 20.05.2021, 04.06.2021 e 21.06.2021, tendo sido apresentada proposta de compra para a UPI "D" pela empresa ADRI-AN Empreendimentos Imobiliários Ltda., e arrematação da UPI "B" por procurador representando diversos credores das classes III e IV. A Administração Judicial se manifestou pela homologação da arrematação da UPI "B" e pela não homologação da proposta de arrematação pela UPI "D". O Juízo acatou a manifestação da Administração Judicial, de modo que, em 29.11.2021, no evento 583, homologou a arrematação da UPI "B" e não homologou a proposta de arrematação da UPI "D". Certificada a ausência de impugnações, o Leiloeiro indicou novas datas para leilão, já acolhidas pelo Juízo: 27.07.2022, 10.08.2022 e 24.08.2022. A UPI remanescente foi alienada na segunda chamada do leilão, em 10.08.2022.
- Na manifestação do evento 836, a Administração Judicial postulou a intimação da Recuperanda, para falar, dentre outros pontos, sobre a regularização dos créditos fiscais estaduais, o parcelamento solicitado junto à CEF quanto às rubricas de FGTS e sobre o andamento das ações objeto do PRJ. A empresa foi intimada e respondeu parcialmente no evento 897, informando que está em contato com a PGE/RS para parcelamento dos débitos fiscais e que está em andamento a solicitação e parcelamento do FGTS junto à PGFN. O andamento das ações objeto do PRJ não foi respondido pela Recuperanda.
- No evento 954, o Juízo concedeu prazo de 70 dias à Recuperanda para finalizar as dações e comprovar nos autos a conclusão do loteamento e dos lotes dacionados com a necessária infraestrutura, conforme expresso no PRJ, sob pena de multa diária no valor de R\$ 2.000,00. O prazo de 70 dias teve início após o encaminhamento de alvará/ofício solicitados ao Registro de Imóveis de Portão/RS e Tabelionato de Notas de Portão/RS, e no evento 1209 a Recuperanda apresentou o relatório de conclusão do loteamento. No evento 1249 credores trabalhistas apresentaram impugnação à conclusão, acostando laudo e documentos que demonstram estar inacabado o empreendimento. Tais documentos levaram à decisão liminar no agravo de instrumento n.º 5222410-07.2022.8.21.7000, desobrigando os credores a receberem os lotes como dação em pagamento.
- No momento, o processo aguarda definição quanto aos agravos de instrumento n.º 5222410-07.2022.8.21.7000 e 5070855-06.2023.8.21.7000, que tratam sobre o loteamento aos credores trabalhistas e a cessão de créditos aos credores quirografários.



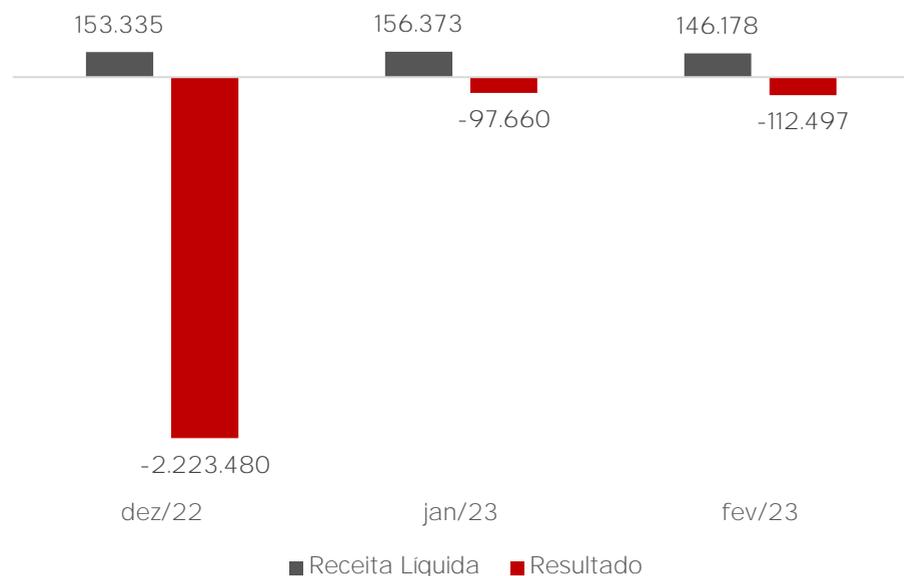
➤ RECURSOS CONTRA DECISÃO DE HOMOLOGAÇÃO DO PRJ

- Houve o trânsito em julgado do acórdão que negou provimento ao agravo de instrumento de nº 70080729114, promovido pela Plata Securitizadora S/A, em que apresentada irresignação contra a decisão que homologou o plano apresentado e concedeu a Recuperação Judicial.
- Os recursos movidos pelo Banco do Brasil S/A em face da homologação do plano de recuperação judicial aprovado tiveram o seguinte deslinde: agravo de instrumento de nº 70073250235 não provido; recurso especial nº 70076374115 não admitido; agravo em recurso especial nº 1.323.669/RS não conhecido; e agravo interno no agravo em recurso especial nº 1.323.669/RS desprovido.
- O agravo de instrumento de nº 70073235962, interposto por Banco Caterpillar S/A, igualmente contra a homologação do plano de recuperação, foi improvido ainda em 2018 com trânsito em julgado no mesmo ano.
- Não diferem os resultados obtidos pelo Banco Bradesco S/A nos recursos aviados contra a homologação do plano: agravo de instrumento de nº 70073470510 negado provimento; embargos de declaração não acolhidos, recurso especial não admitido, e agravo em recurso especial de nº 70077898096 não conhecido pela intempestividade, já com trânsito em julgado.



RESULTADOS

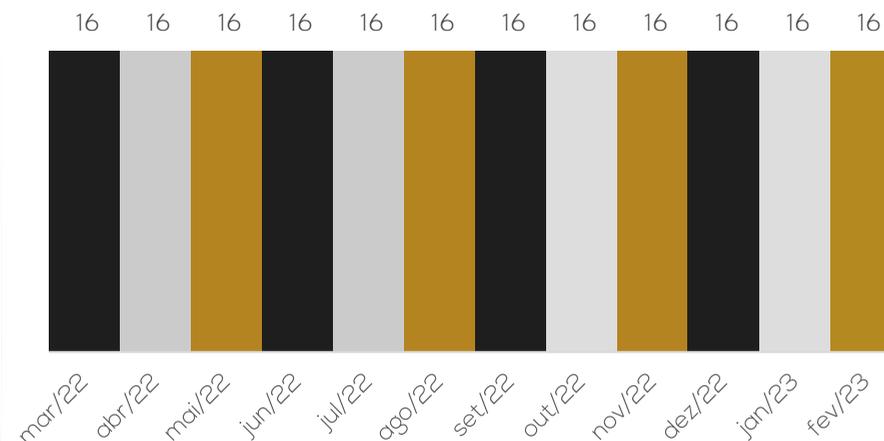
Receita Líquida e Resultado (R\$)



Em fevereiro, a receita líquida totalizou R\$ 146,1 mil, ou seja, um decréscimo de 7%, devido a redução de venda de pedra britada (R\$ 25,5 mil). Além disso, houve receita com a locação de equipamentos para a Planaterra (R\$ 130 mil). O faturamento não foi suficiente para suprir os custos e despesas da operação, assim o prejuízo do mês foi de R\$ 112.497,01. Ainda, há um pedido de correção monetária dos reajustes que foram pagos com atraso, no valor aproximado de R\$ 1 milhão, pertinente à AGESUL. Conforme relatado pela Recuperanda, o assunto estaria tramitando no jurídico da AGESUL, pois se posicionaram contra ao pagamento da correção, previsto em contrato. No entanto, diante da falta de solução, a CBG vai cobrar de forma judicial. No mês de dezembro/2022, a CBG apresentou nova cobrança com atualização de valores, esclarecendo o pedido com base no contrato assinado. A cobrança ainda não foi judicializada.

QUADRO DE COLABORADORES

Número de Funcionários



Em fevereiro/2023, não houve admissões ou demissões, finalizando o período com 16 colaboradores. Destes, 01 é funcionário está ativo e 15 estão afastados. O funcionário ativo desempenha a função de servente de obras.

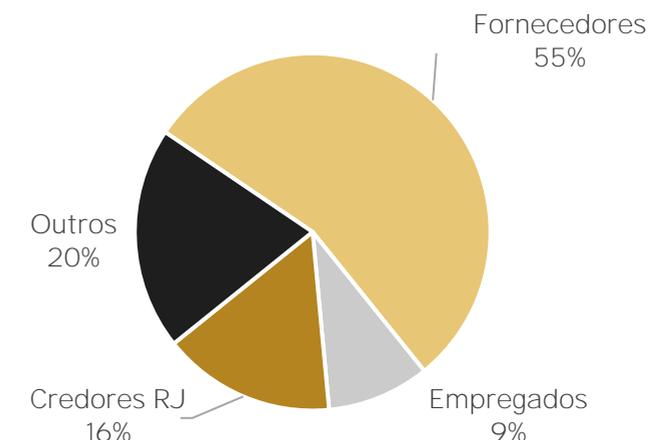
Salienta-se que os encargos sociais da folha de pagamento estão inadimplentes. O parcelamento de salários, está sendo pago, conforme negociado.

FLUXO DE CAIXA

Nos últimos meses, a Construtora tem se mantido com aportes do sócio e das empresas ligadas, recebimentos de saldo de obras já finalizadas e venda de pedra britada. Os pagamentos são direcionados, majoritariamente, ao pagamento de fornecedores, credores da RJ e empregados.

FLUXO DE CAIXA	VALORES EM R\$
(=) Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	-165.400,17
(=) Caixa Líquido usado nas atividades de investimentos	-
(=) Caixa Líquido usado nas pelas Atividades de Financiamentos	165.124,21
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-275,96
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	1.890,83
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	1.614,87

Pagamentos FEVEREIRO/2023





ENDIVIDAMENTO CONCURSAL

O endividamento concursal apresentado pela recuperanda é de **R\$ 185.402.673,85**.

Natureza	Quantidade de credores	% quantidade de credores	Valor total	% Valor total
ART. 83, VIII	1	0,10%	1.273.874,06	0,69%
Trabalhista	455	46,33%	18.767.983,20	10,12%
Garantia Real	4	0,41%	9.118.235,98	4,92%
Quirografário	381	38,80%	148.716.705,39	80,21%
Microempresa	141	14,36%	7.525.875,22	4,06%
Total	982	100%	185.402.673,85	100%

Principais credores:

CLASSE	CREDOR	VALOR
CLASSE III	BANCO BANRISUL S/A	42.262.034,67
CLASSE III	BANCO DO BRASIL S/A	23.794.225,18
CLASSE III	FUNDO DE LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA	20.452.074,97

PENDÊNCIAS E ESCLARECIMENTOS

A Recuperanda explicou que o parcelamento de IPTU permanece ativo. De acordo com a empresa, o estoque não estava sendo ajustado mensalmente na contabilidade devido à baixa movimentação, e que a partir de então, o ajuste passaria a ocorrer. Contudo, até o momento, o inventário não foi enviado para a Administração Judicial.

Cumprimento do Plano de Recuperação Judicial

Conforme determinação judicial, em 17.04.2018, foi estabelecido o marco inicial para cumprimento do plano de recuperação judicial, qual seja, 06.11.2017.

Classe I – Ainda seguem pendentes de quitação de R\$ 1.898.151,30 relativo aos credores até R\$ 70 mil e o montante de R\$ 7.434.151,26 relativo aos credores acima de R\$ 70 mil.

➤ **Classe II** – Não houve, até o momento de confecção deste relatório, a comprovação da dação das respectivas garantias aos credores com Garantia Real. A CBG está tomando providências no processo para entrega das garantias aos credores.

➤ **Classe III** – 108 credores, com créditos até R\$ 10 mil, tiveram seu valor principal quitado. Destacamos que há em atraso o valor de R\$ 151.061,93 correspondente a 64 parcelas + correção monetária. Em relação aos valores acima de R\$ 10 mil, todos os credores foram notificados sobre as cessões de crédito, com exceção do Banrisul, enquadrado como Credor Financeiro Parceiro, cujo pagamento de 64 parcelas está em atraso.

➤ **Classe IV** – 53 credores, até R\$ 10 mil, tiveram seu valor principal quitado, restando o pagamento da correção monetária, e 15 credores estão com 64 parcelas em atraso, totalizando R\$ 88.599,29. Os valores superiores a R\$ 10 mil foram notificados da cessão de crédito.

Em decisão prolatada no evento 276 dos autos, foi concedido à Recuperanda o prazo de 15 dias para comprovar à Administradora Judicial a quitação da classe preferencial líquida até R\$ 70 mil e das classes quirografária e ME/EPP até R\$ 10 mil. No prazo, também foi determinada a apresentação dos planos de loteamento do imóvel aos credores preferenciais acima de R\$ 70.000,00 e a solução a ser dada ao FGTS. O prazo foi encerrado em 12.02.2021, tendo a empresa apresentado a quitação de parte dos créditos determinados e prestado esclarecimentos sobre os demais tópicos.

- Atualmente, para prosseguimento do cumprimento integral do PRJ aprovado e homologado, aguarda-se a alienação das UPIs nos autos da recuperação judicial. Foram realizadas as três chamadas de leilão, nos dias 20.05.2021, 04.06.2021 e 21.06.2021, tendo sido apresentada proposta de compra para a UPI "D" pela empresa ADRI-AN Empreendimentos Imobiliários Ltda., e arrematação da UPI "B" por procurador representando diversos credores das classes III e IV. Seguindo o posicionamento da Administração Judicial, o Juízo homologou a arrematação da UPI B e deixou de homologar a proposta de compra da UPI D. A UPI C foi alienada em 10.08.2022.
- Em recente manifestação, a empresa informou estar em andamento no Registro de Imóveis de Portão/RS a individualização das matrículas do loteamento do imóvel destinado aos credores trabalhistas de R\$ 70.000,00. Ainda, esclareceu ter aderido ao parcelamento dos débitos de FGTS junto à CEF/PGFN, estando no aguardo dos trâmites internos do órgão.
- Recentemente, no evento 954, o Juízo concedeu prazo de 70 dias à Recuperanda para finalizar as dações e comprovar nos autos a conclusão do loteamento e dos lotes dacionados com a necessária infraestrutura, conforme expresso no PRJ, sob pena de multa diária no valor de R\$ 2.000,00. O prazo de 70 dias terá início após o encaminhamento de alvará/ofício solicitados ao Registro de Imóveis de Portão/RS e Tabelionato de Notas de Portão/RS.
- Por fim, necessário que seja aguardado também o deslinde dos processos judiciais cujos direitos creditórios foram cedidos em pagamento aos credores quirografários e de ME/EPP.

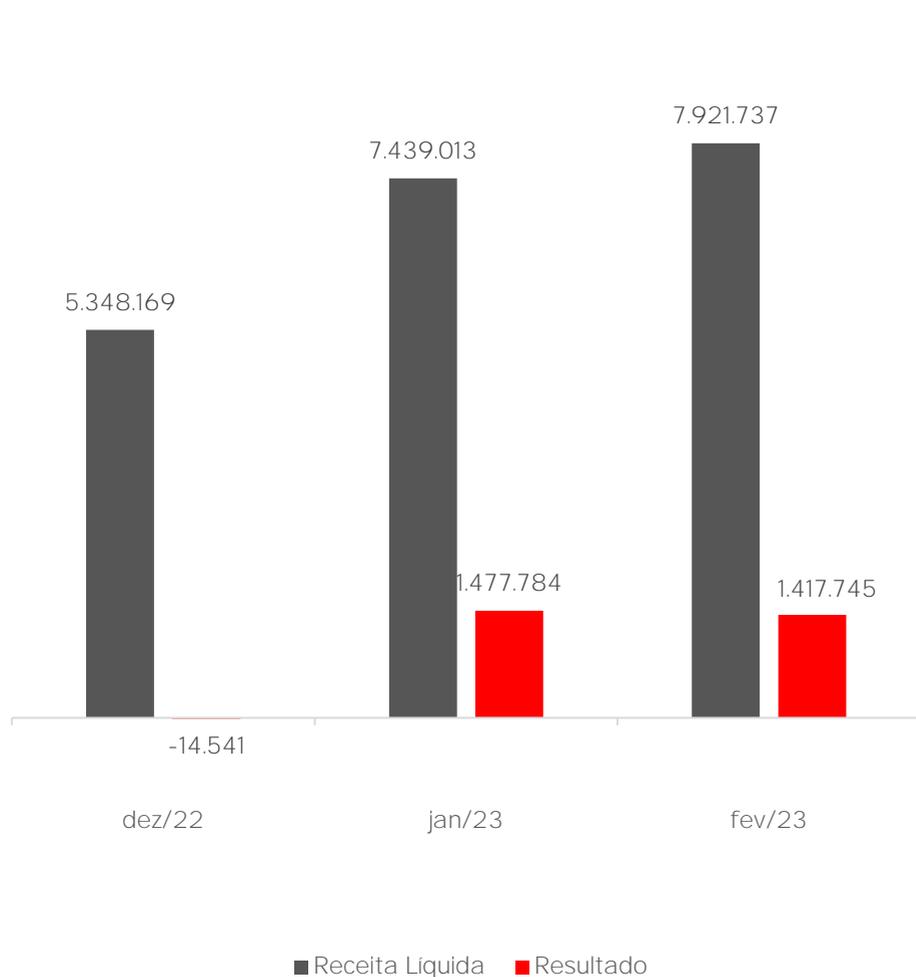
2. RESUMO - BGSE CONSTRUÇÕES LTDA



A BGSE Construções é uma subsidiária da empresa Construtora Brasília Guaíba, com CNPJ nº 35.185.193/0001-87, ativo desde 15/10/2019. Conforme informações prestadas pela CBG, o faturamento da Companhia, está sendo direcionado para a BGSE. Além disso, foi noticiado que em janeiro/2022 houve transferência dos funcionários da CBG para a BGSE.

RESULTADOS

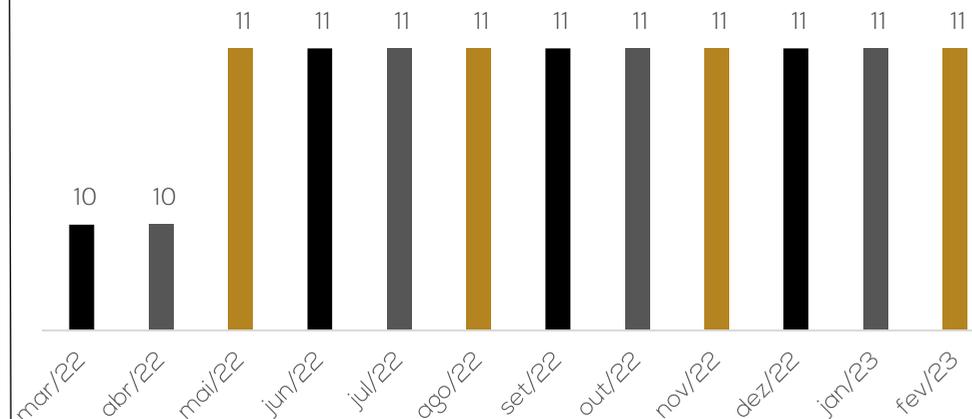
Receita Líquida e Resultado (R\$)



A receita líquida exibiu acréscimo de 7%, motivado pelas medições do DAER, resultando em um lucro de R\$ 1.417.744,98 em fevereiro/2023. O ano de 2023 acumula resultados positivos de R\$ 2.895.528,64.

QUADRO DE COLABORADORES

Número de funcionários



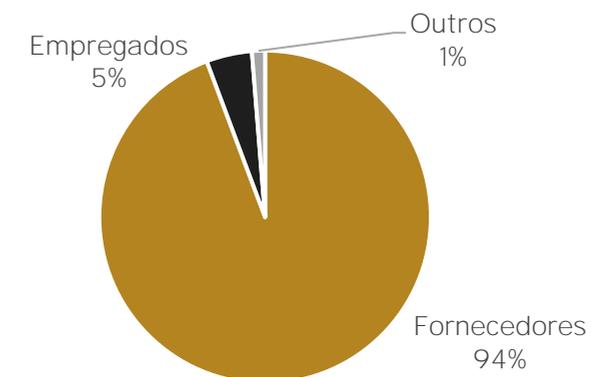
Em fevereiro/2023, não houve movimentação no quadro de colaboradores. A BGSE possui 11 funcionários, todos pelo regime de contratação CLT. Conforme destacado pela empresa, o quadro de colaboradores está distribuído em 07 funcionários do administrativo, 01 motorista, 01 mecânico, 01 auxiliar de serviços gerais e 01 auxiliar de limpeza. Ainda, informou que os salários e FGTS estão em dia. Contudo, o INSS está inadimplente.

FLUXO DE CAIXA

Nos últimos meses, a BGSE tem mantido uma linha regular de faturamento, o que tem sustentado a operação da empresa. Além do cumprimento das suas obrigações mensais, especialmente com fornecedores e empregados, a empresa direciona aportes de valores, em sua maior parte, para a CBG.

fev/23	VALORES EM R\$
(=) Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	129.096,01
(=) Caixa Líquido usado nas atividades de investimentos	-
(=) Caixa Líquido usado nas pelas Atividades de Financiamentos	-405.284,91
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-276.188,90
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	716.543,62
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	440.354,72

Pagamentos





ACOMPANHAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Em 31/03/2023, reuniram-se de forma virtual os representantes da Administração Judicial e da Recuperanda para atualizar as informações operacionais e financeiras da Construtora Brasília Guaíba.

Inicialmente, a Administração Judicial questionou como estariam as atividades e a CBG informou que estão fluindo normalmente, com as obras de Ivorá e Tupanciretã, sendo que não possuem novas obras. As principais dificuldades encontradas são problemas com credores, principalmente, bancos. A empresa está gerando caixa com operação da BGSE, devido a falta de certidões na CBG, para participar de licitações. A Recuperanda informou que estão atentos a todas as obras propostas. Contudo, em licitações, os concorrentes estão entrando com preços abaixo do custo. As perspectivas são de novas obras do DAER.

Referente a inadimplência de clientes, a Recuperanda explicou que R\$ 8 milhões da Prefeitura de Cachoeirinha, está em cobrança com os advogados. Há uma situação política de obras que foram feitas no governo anterior, o qual o prefeito foi afastado. Nessa situação a CBG ganhou um leilão, em troca da dívida e a prefeitura anulou. Estão aguardando recebimento em espécie, sem data prevista. Quanto ao valor do DNIT, o serviço foi realizado e medido, e estão aguardando possível compensação de ação que entraram referente a uma obra na 116 em Camaquã, contra a CBG. Ou seja, de maneira geral, todos estão tramitando pelo jurídico

Atualmente a empresa trabalha com máquinas e caminhões locados. Conforme destacado, não há inadimplência extraconcursal com fornecedores. Estão em tratativa de acordos, porém nada concluído até o momento. Os salários correntes estão sendo pagos e o parcelamento realizado anteriormente estão em andamento.

ACOMPANHAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Empreendimento destinado para pagamento dos credores trabalhistas:

Conforme prevê o Plano de Recuperação Judicial, os credores trabalhistas, cuja totalidade do crédito seja superior a R\$ 70.000,00, receberão a integralidade e totalidade de seus créditos através da dação em pagamento de tantos lotes individuais ou fração proporcional ao valor de avaliação, resultado do fracionamento da matrícula 5.862 do Registro de Imóveis de Portão. No dia 18/04/2023 a Administração Judicial realizou visita técnica até o local do empreendimento. De acordo com informações prestadas pelo engenheiro que acompanhou a visita, ainda estão pendentes de finalização (i) a instalação do hidrômetro de água, o qual já foi solicitado junto à Corsan; (ii) posição da Prefeitura quanto à plantação das mudas e árvores; (iii) plantio de grama em algumas áreas; e (iv) conserto do pavimento que foi danificado pela passagem de máquinas e caminhões pesados. Na oportunidade, o engenheiro estimou, aproximadamente, 30 dias para finalizar a parte física da obra.

Seguem imagens capturadas pela Administração Judicial em visita técnica do dia 18/04/2023.:



Imagens enviadas pela Recuperanda do estoque de pedra britada:



Encaminhada em 31/08/2022



Encaminhada em 31/08/2022



Encaminhada em 31/08/2022



Encaminhada em 27/02/2023

Imagens enviadas pela Recuperanda em 27/02/2023, referente às obras em andamento na BGSE. No entanto a empresa não indicou a qual obra cada imagem se refere.



3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS- BALANÇO PATRIMONIAL CBG



BALANÇO PATRIMONIAL		dez/22	jan/23	fev/23
ATIVO	CIRCULANTE	34.665.306	34.659.841	34.666.650
	Caixas e bancos	1.141	1.891	1.615
	Contas a receber	18.681.422	18.681.422	18.681.422
	Serviços a faturar	11.865.891	11.865.891	11.865.891
	Estoques	36.286	36.286	36.286
	Adiantamentos a terceiros	3.134.873	3.129.668	3.136.753
	Demais contas e valores a receber	945.693	944.683	944.683
	NÃO CIRCULANTE	27.228.066	27.268.495	27.319.004
	Depósitos judiciais	2.480.312	2.480.312	2.480.312
	Partes relacionadas	2.517.095	2.557.524	2.608.033
Investimentos	19.142.899	19.142.899	19.142.899	
Imobilizado	3.087.759	3.087.759	3.087.759	
TOTAL DO ATIVO	61.893.372	61.928.337	61.985.654	
BALANÇO PATRIMONIAL		dez/22	jan/23	fev/23
PASSIVO	CIRCULANTE	23.584.662	23.539.028	23.535.669
	Instituições financeiras	3.310.890	3.310.890	3.310.890
	Fornecedores	5.240.668	5.157.082	5.113.036
	Obrigações sociais e trabalhistas	6.185.057	6.228.142	6.278.497
	Provisões trabalhistas	17.079	24.212	22.598
	Obrigações fiscais	2.949.926	2.973.714	2.994.526
	Demais contas a pagar	1.917.157	1.889.044	1.867.066
	Parcelamentos	3.963.885	3.955.943	3.949.055
	NÃO CIRCULANTE	34.247.185	34.425.444	34.590.568
	Instituições financeiras LP	2.555.001	2.555.001	2.555.001
	Fornecedores LP	132.040	132.040	132.040
	Obrigações fiscais	3.269.141	3.269.141	3.269.141
	Obrigações sociais e trabalhistas LP	561.367	561.367	561.367
	Parcelamentos impostos	8.584.430	8.584.430	8.584.430
	Partes relacionadas	19.145.207	19.323.466	19.488.590
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.061.524	4.061.524	3.859.417
	Capital social	44.829.350	44.829.350	44.829.350
Ajustes de avaliação patrimonial	1.852.720	1.852.720	1.852.720	
Prejuízos acumulados	-42.620.546	-42.620.546	-42.612.496	
Resultado do exercício em curso	-	-	-210.157	
TOTAL DO PASSIVO	61.893.372	62.025.997	61.985.654	

Disponibilidades: as principais movimentações foram com operações de mútuo, pagamento a fornecedores, honorários, obrigações trabalhistas e credores da recuperação judicial. Os extratos enviados, atestam os saldos contábeis. No entanto, não foi disponibilizado o extrato do Sicredi. De acordo com a CBG, a conta foi desativada e vão entrar em contato com o Sicredi em Porto Alegre, para ver o que conseguem recuperar do saldo.

Adiantamentos a Terceiros: compreende saldo de adiantamentos a fornecedores. O acréscimo de R\$ 7 mil, foi resultante, em sua maior parte, dos adiantamentos realizados a N.M. Costa (R\$ 5 mil), Caldas Godoy (R\$ 4,5 mil) e Restaurante Chuletão (R\$ 1,2 mil). A CBG não possui relatório de controle dos adiantamentos, impossibilitando atestar o saldo nas demonstrações. A respeito da data estimada para a regularizar o saldo de R\$ 3 milhões, bem como o motivo para ainda não ter sido baixado, a Recuperanda afirmou que continua exigindo aos fornecedores a nota fiscal para baixa, inclusive na via judicial, como no caso da empresa Preconcretos. Ainda, destacou que há divergências a serem acertadas, sem data estimada para finalizar.

Partes Relacionadas: o acréscimo de 2%, foi motivado, especialmente, pelos pagamentos de créditos ilíquidos da Recuperação Judicial. O motivo pelos pagamentos estarem sendo alocados nessa conta, não foi esclarecido.

Imobilizado: de acordo com a empresa, o inventário do imobilizado não foi concluído e a previsão para finalização era até o final de 2022, no entanto, o mesmo não foi encaminhado até a finalização deste relatório. Adicionou, ainda, que os bens, em sua maioria, estão localizados na Pedreira de Camaquã e na Central de Equipamentos em Portão. O período não exibiu variação.

3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS- BALANÇO PATRIMONIAL CBG



BALANÇO PATRIMONIAL		dez/22	jan/23	fev/23
ATIVO	CIRCULANTE	34.665.306	34.659.841	34.666.650
	Caixas e bancos	1.141	1.891	1.615
	Contas a receber	18.681.422	18.681.422	18.681.422
	Serviços a faturar	11.865.891	11.865.891	11.865.891
	Estoques	36.286	36.286	36.286
	Adiantamentos a terceiros	3.134.873	3.129.668	3.136.753
	Demais contas e valores a receber	945.693	944.683	944.683
	NÃO CIRCULANTE	27.228.066	27.268.495	27.319.004
	Depósitos judiciais	2.480.312	2.480.312	2.480.312
	Partes relacionadas	2.517.095	2.557.524	2.608.033
Investimentos	19.142.899	19.142.899	19.142.899	
Imobilizado	3.087.759	3.087.759	3.087.759	
TOTAL DO ATIVO	61.893.372	61.928.337	61.985.654	
BALANÇO PATRIMONIAL		dez/22	jan/23	fev/23
PASSIVO	CIRCULANTE	23.584.662	23.539.028	23.535.669
	Instituições financeiras	3.310.890	3.310.890	3.310.890
	Fornecedores	5.240.668	5.157.082	5.113.036
	Obrigações sociais e trabalhistas	6.185.057	6.228.142	6.278.497
	Provisões trabalhistas	17.079	24.212	22.598
	Obrigações fiscais	2.949.926	2.973.714	2.994.526
	Demais contas a pagar	1.917.157	1.889.044	1.867.066
	Parcelamentos	3.963.885	3.955.943	3.949.055
	NÃO CIRCULANTE	34.247.185	34.425.444	34.590.568
	Instituições financeiras LP	2.555.001	2.555.001	2.555.001
Fornecedores LP	132.040	132.040	132.040	
Obrigações fiscais	3.269.141	3.269.141	3.269.141	
Obrigações sociais e trabalhistas LP	561.367	561.367	561.367	
Parcelamentos impostos	8.584.430	8.584.430	8.584.430	
Partes relacionadas	19.145.207	19.323.466	19.488.590	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.061.524	4.061.524	3.859.417	
Capital social	44.829.350	44.829.350	44.829.350	
Ajustes de avaliação patrimonial	1.852.720	1.852.720	1.852.720	
Prejuízos acumulados	-42.620.546	-42.620.546	-42.612.496	
Resultado do exercício em curso	-	-	-210.157	
TOTAL DO PASSIVO	61.893.372	62.025.997	61.985.654	

Fornecedores: os pagamentos do período, motivaram o decréscimo de 1%. Em meio aos principais fornecedores pagos em fevereiro, destacam-se Sigma Com de Placas (R\$ 17,1 mil), Medeiros & Medeiros (R\$ 14 mil) e Softcont (R\$ 13,7 mil).

Obrigações Sociais e Trabalhistas: Compreende, em sua maior parte, saldos de INSS (R\$ 4,5 milhões), FGTS (R\$ 991,1 mil) e salários (R\$ 251,2 mil). a inadimplência dos encargos, resultaram no acréscimo de 1%. Conforme informado em reunião, o parcelamento dos salários em atraso, está em andamento. Quando questionada sobre a que se refere os saldos em balancete de salários e rescisões, a empresa esclareceu que são pendências de funcionários que entraram com ações trabalhistas e seus processos ainda não foram concluídos.

Obrigações Fiscais: a empresa não está pagando os impostos mensais, o que gera o aumento do saldo em aberto. Os principais saldos são de COFINS (R\$ 1 milhão), retenção de impostos (R\$ 682,2 mil) e obrigações fiscais s/ faturamento diferido (R\$ 402,4 mil).

Demais contas a pagar: o decréscimo de 1%, se deu, principalmente, pelos pagamentos de Autônomos (R\$ 17,6 mil), RGE (R\$ 11,4 mil) e CEEE (R\$ 9,6 mil). O pagamento identificado na rubrica de CEEE, trata-se da amortização de parcelamento. Destaca-se que a Planaterra assumiu a responsabilidade do parcelamento da dívida de energia de Camaquã.

Parcelamentos: contemplam os parcelamentos simplificados, PERT e IPTU do município de Portão/RS, que foi negociado em agosto/2020 e refere-se aos lotes que serão disponibilizados para pagamento da Classe Trabalhista acima de R\$ 70 mil, conforme plano de recuperação judicial. Apesar das ressalvas dessa Administração Judicial, a Recuperanda manteve a contabilização do saldo de R\$ 8,5 milhões (rubrica **Parcelamento de Impostos**) no longo prazo, pois, segundo a empresa, será efetuado novos parcelamentos junto a Receita Federal e PGFN, e o saldo será ajustado para a nova composição dos valores. A amortização do parcelamento do IPTU (R\$ 3,3 mil) e da PGFN (R\$ 3,5 mil), ocasionaram a retração de R\$ 6,8 mil.

Partes Relacionadas: compreende saldos de BGSE Construções (R\$ 11,8 milhões), Brasília Guaíba Investimentos (R\$ 5,6 milhões), André Loiferman (R\$ 1,2 milhões) e ALOI Participações (R\$ 617,3 mil). O acréscimo de 1% foi decorrente, em sua maior parte, dos aportes recebidos da BGSE (R\$ 592,1 mil). Além disso, houve pagamentos na monta de R\$ 405,2 mil.

3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS- DRE CBG



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DRE	dez/22	jan/23	fev/23	2023
Faturamento	163.958	166.757	155.514	322.270
Deduções sobre vendas	-10.623	-10.384	-9.336	-19.720
RECEITA LÍQUIDA	153.335	156.373	146.178	302.550
CUSTOS	-347.878	-76.903	-35.260	-112.163
CUSTOS DIRETOS	-326.054	-37.240	-7.859	-45.099
Materiais diretos	-298.618	-192	-199	-391
Mão de obra direta	-2.688	-9.467	-1.661	-11.129
Serviços empreitados	-15.389	-10.635	-5.020	-15.656
Equipamentos de produção	-9.359	-16.945	-979	-17.924
CUSTOS INDIRETOS	-21.824	-39.664	-27.400	-67.064
Material indireto	-1.148	-2.552	-2.721	-5.273
Mão de obra indireta	-943	-	-	-
Outros custos indiretos	-19.732	-37.112	-24.680	-61.791
LUCRO BRUTO	-194.543	79.469	110.918	190.387
DESPESAS	-2.028.937	-177.129	-223.415	-400.544
DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS	-5.512.574	-107.308	-162.834	-270.142
Despesas com pessoal	-14.004	-5.605	-9.154	-14.759
Ocupação, comunicação e energia	-4.386	-3.921	-2.508	-6.429
Serviços de terceiros	-126.369	-67.700	-69.654	-137.355
Despesas c/ veiculos adm.	-5.304.654	-2.333	-2.757	-5.090
Viagens e representações	-	-	-3.651	-3.651
Outras despesas	-19.913	-26.281	-72.888	-99.169
Despesas não dedutíveis	-43.248	-1.468	-2.222	-3.690
EVENTOS FINANCEIROS	-103.805	-68.985	-57.261	-126.246
Despesas financeiras	-103.805	-68.985	-57.261	-126.246
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	-16.600	-2.557	-3.320	-5.877
OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OP.	3.604.041	1.721	-	1.721
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	3.604.041	1.721	-	1.721
RESULTADO	-2.223.480	-97.660	-112.497	-210.157

Faturamento: compreende aluguel de máquinas a Planaterra (R\$ 130 mil) e venda de pedra britada (R\$ 25,5 mil) que motivou o decréscimo de 7%. Destaca-se que o recebimento da Planaterra, foi no Banco ABC da empresa BGSE, com o abatimento dos valores a receber da parte relacionada CBG, sem envolver transações em espécie entre as empresas.

Deduções sobre vendas: engloba, unicamente, impostos s/ vendas (R\$ 9,3 mil).

Custos: conforme relatado pela empresa, os custos seguem de acordo com o cronograma de execução das obras. A rubrica apresentou retração de 54%, principalmente, pelo decréscimo dos gastos com equipamentos de produção, mão de obra direta e serviços empreitados. Os principais custos do mês foram com outros custos indiretos (R\$ 24,6 mil), serviços empreitados (R\$ 5 mil) e material indireto (R\$ 2,7 mil).

Despesas Gerais Administrativas: compreende, em sua maioria, honorários e prestação de serviços (R\$ 69,6 mil), despesas legais e judiciais (R\$ 44,7 mil) e despesa com pessoal (R\$ 9,1 mil). As principais despesas, também foram responsáveis pelo acréscimo de 52% da rubrica. Em meio aos principais serviços prestados, destacam-se Celso Evilásio Fortes (R\$ 13,8 mil) que é perito, Flavio Luz e Advogados (R\$ 10,6 mil), Rosangela Benetti (R\$ 10 mil) advogada, Alves, Prisco & Advogados (R\$ 10 mil) e Canon Treinamento (R\$ 10 mil).

Resultado Financeiro: o resultado financeiro foi negativo de R\$ 57,2 mil, em sua maior parte, pelos juros sobre tributos (R\$ 49,7 mil), variações passivas (R\$ 6,4 mil) e multas (R\$ 681,49).

Despesas tributárias: contempla taxas, especialmente, com tabellonato de notas (R\$ 1,2 mil) e guia de recolhimento do Ministério Público do trabalho (R\$ 1 mil).

Resultado: O período exibiu prejuízo de R\$ 112.497,01. O faturamento não foi suficiente para suprir os custos e despesas da operação. O ano de 2023, acumula resultados negativos de R\$ 210.157,04.

3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS- DFC CBG



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

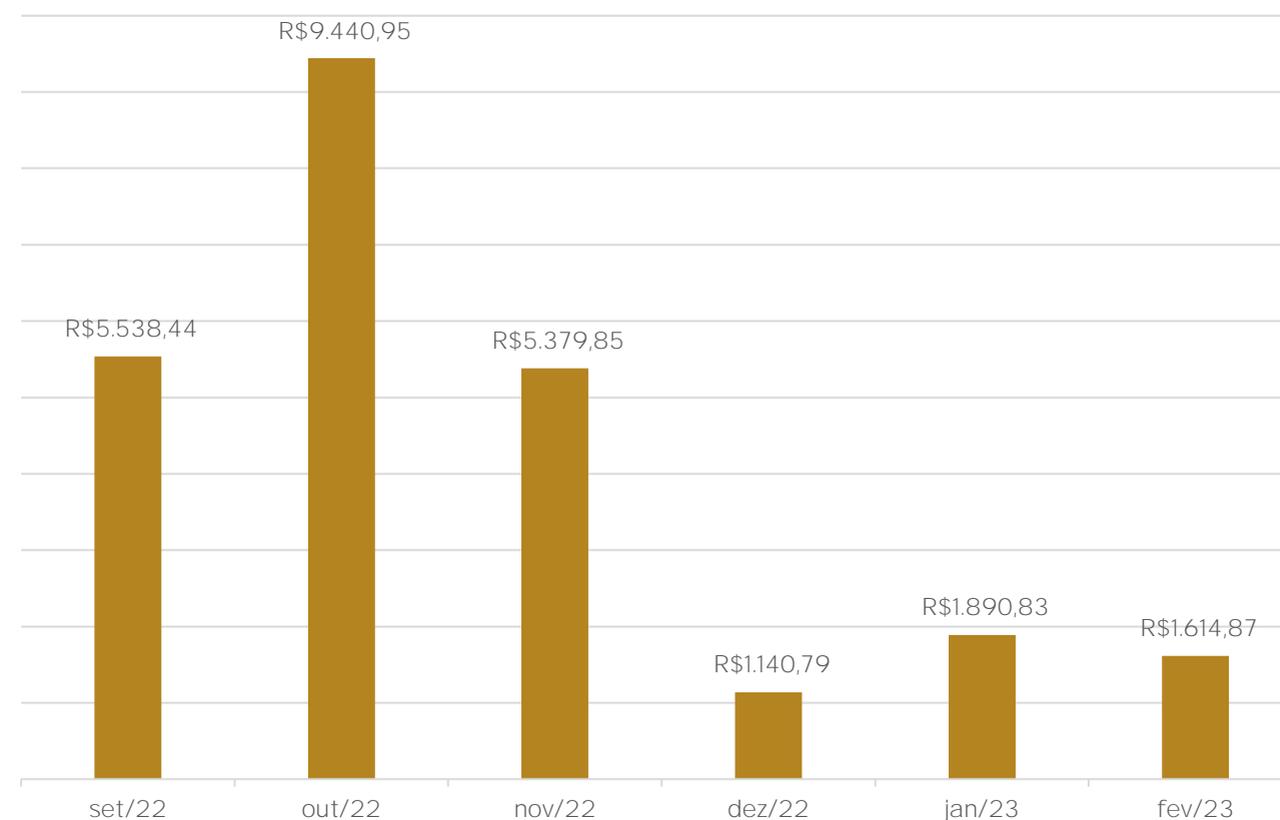
FLUXO DE CAIXA GERENCIAL (R\$)	dez/22	jan/23	fev/23
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(+) Recebimento de Clientes	163.958	166.757	155.514
(+) Recebimento por ressarcimento de despesas	1	-	-
(+/-) Adiantamentos a Fornecedores	-17.220	-575	-9.500
(-) Pagamento a Fornecedores a Prazo	-157.972	-151.189	-117.958
(-) Pagamento a Fornecedores a vista	-66.444	-24.909	-15.863
(-) Pagamento a Credores	-26.562	-14.382	-29.055
(-) Pagamento a Despesas Legais e Judiciais	-8.620	-14.282	-44.798
(-) Pagamento Serviços Profissionais	-4.998	-3.766	-3.306
(-) Pagamento Remuneração a Empregado	-15.016	-2.050	-3.733
(-) Pagamento Benefícios a Empregados	-9.246	-140	-
(-) Pagamento Outros Encargos a Empregados	-364	-391	-391
(-) Pagamento de Fundo de Garantia	-2.522	-4.239	-325
(-) Pagamento de Previdência Social	-3.721	-922	-
(-) Pagamento Locações e Aluguéis	-1.512	-1.212	-1.602
(-) Pagamento Contribuições a Entidades de Classe	-	-598	-
(-) Pagamento de Tributos Municipais Empresa	-350	-	-
(-) Pagamento de Tributos Estaduais Empresa	-6.011	-6.408	-3.756
(-) Pagamento de Tributos Federais Empresa	-16	-1.321	-12
(-) Pagamento Tributos federais retidos na fonte	-1.869	-	-2.918
(-) Pagamento Demais Despesas Tributárias	-10.980	-1.527	-3.950
(-) Pagamento Homologação Trabalhista	-25.488	-25.488	-25.488
(-) Pagamento de Parcelamento simplificado	-	-3.539	-3.575
(-) Pagamento de Parcelamento Municipal	-3.313	-3.313	-3.313
(-) Pagamento Funcionários Credores da Recup. Judicial	-36.907	-40.429	-50.509
(=) Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operac. antes dos Enc. Financeiros	-235.173	-133.922	-164.540
(-) Pagamento Encargos Financeiros	-854	-506	-368
(-) Pagamento Juros e Multas	-98	-10	-493
(=) Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	-236.125	-134.438	-165.400
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(=) Caixa Líquido usado nas atividades de investimentos	-	-	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
(+/-) Recebimento/(pagamento) Partes relacionadas	231.886	135.188	165.124
(=) Caixa Líquido usado nas pelas Atividades de Financiamentos	231.886	135.188	165.124
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-4.239	750	-276
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	5.380	1.141	1.891
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	1.141	1.891	1.615

Atividades operacionais: em fevereiro, o caixa operacional foi negativo de R\$ 165,4 mil, principalmente, pelos pagamentos a fornecedores (R\$ 133,8 mil), créditos trabalhistas da RJ (R\$ 50,5 mil) e despesas legais e judiciais (R\$ 44,7 mil). As entradas foram, com recebimento de clientes (R\$ 155,5 mil).

Atividades de financiamento: o caixa do mês foi financiado, principalmente, dos aportes cedidos pela BGSE Construções, no valor líquido de R\$ 165,1 mil.

O saldo disponível ao final do período, conforme demonstrações apresentadas, é de R\$ 1,6 mil, que confere com as disponibilidades no balanço patrimonial.

Evolução dos valores em caixa R\$



3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS- BALANÇO PATRIMONIAL BGSE



BALANÇO PATRIMONIAL		dez/22	jan/23	fev/23
ATIVO	CIRCULANTE	7.750.107	10.228.681	16.442.038
	Disponível	4.008	11.597	286.451
	Aplicação Financeira	706.608	704.947	153.904
	Contas a receber	5.536.730	-	-
	Serviços a faturar	-	7.941.748	14.448.781
	Adiantamentos a terceiros	1.012.917	1.080.545	1.016.967
	Demais contas e valores a receber	489.844	489.844	535.936
	NÃO CIRCULANTE	20.544.421	20.717.031	20.856.972
	Partes relacionadas	11.050.199	11.488.151	11.893.436
	Investimentos	300.000	300.000	300.000
Imobilizado	9.194.223	8.928.879	8.663.536	
TOTAL DO ATIVO	28.294.529	30.945.712	37.299.010	

BALANÇO PATRIMONIAL		dez/22	jan/23	fev/23
PASSIVO	CIRCULANTE	9.151.629	10.325.028	15.260.582
	Fornecedores	5.054.885	5.401.464	9.767.765
	Obrigações sociais e trabalhistas	135.869	141.455	215.387
	Obrigações fiscais	800.497	1.281.998	1.782.604
	Provisões	487.764	487.764	487.764
	Demais contas a pagar	607.963	607.963	607.963
	Parcelamentos	2.449.002	2.404.385	2.399.101
	NÃO CIRCULANTE	-	-	-
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19.142.899	19.142.899	22.038.428
	Capital social	15.010.000	15.010.000	15.010.000
Lucros ou Prejuízos acumulados	4.132.899	4.132.899	4.132.899	
Resultado do exercício em curso	-	1.477.784	2.895.529	
TOTAL DO PASSIVO	28.294.529	29.467.928	37.299.010	

Disponível: contempla valores em espécie (R\$ 311,79) e bancos conta movimento (R\$ 286,1 mil), os quais os extratos atestam os saldos contabilizados. O acréscimo de R\$ 274,8 mil, foi motivado pelo aumento de saldo no banco Copesa. O relatório razão, aponta como principais movimentações foram com recebimentos de clientes, pagamento a fornecedores e prestadores de serviço.

Aplicação financeira: o decréscimo expressivo se deu, pelos regates do período. Além do aumento de saldo das contas movimento, houve maiores desembolsos do que recebimentos no período, justificando a variação.

Serviços a faturar: o aumento de 82% foi resultante de novas medições de serviços prestados, para o DAER nos trechos de Tupanceretã, Ivora, Faxinal do Saturno e São João Polesine. Engloba, unicamente, serviços faturar para o DAER.

Adiantamento a Terceiros: compreende saldo de adiantamentos a fornecedores. Os novos adiantamentos do mês somaram R\$ 69,7 mil, enquanto as baixas foram de R\$ 133,3 mil, justificando o decréscimo de 6%. Os principais adiantamentos foram realizados para JP Santa Lucia (R\$ 32 mil), Trevisan Engenharia (R\$ 12,7 mil) e Con-sult Contabilidade (R\$ 9,5 mil). Ainda, não foi disponibilizado o relatório de adiantamentos. Desta forma, não é possível atestar o saldo contabilizado.

Partes Relacionadas: compreende aportes concedidos para a CBG e apresentou acréscimo de 4%. O total do montante direcionado para a CBG, no período analisados foi de R\$ 592,1 mil, enquanto os recebimentos de mútuos foram de R\$ 183,8 mil. Destaca-se que R\$ 130 mil do valor recebido, trata-se do recebimento da Planaterra, que ocorreu na conta bancária da BGSE e faturada pela CBG, com o abatimento dos valores a receber da parte relacionada, sem envolver transações em espécie entre as empresas.

Investimentos: contempla contratos de empreitadas (R\$ 300 mil) referente a capitalização realizada na constituição da BGSE, dos contratos do DAER que estão em atividade.

Imobilizado: O decréscimo de 3%, se deu pela depreciação mensal de R\$ 265,3 mil.

3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS- BALANÇO PATRIMONIAL BGSE



BALANÇO PATRIMONIAL		dez/22	jan/23	fev/23
ATIVO	CIRCULANTE	7.750.107	10.228.681	16.442.038
	Disponível	4.008	11.597	286.451
	Aplicação Financeira	706.608	704.947	153.904
	Contas a receber	5.536.730	-	-
	Serviços a faturar	-	7.941.748	14.448.781
	Adiantamentos a terceiros	1.012.917	1.080.545	1.016.967
	Demais contas e valores a receber	489.844	489.844	535.936
	NÃO CIRCULANTE	20.544.421	20.717.031	20.856.972
	Partes relacionadas	11.050.199	11.488.151	11.893.436
	Investimentos	300.000	300.000	300.000
Imobilizado	9.194.223	8.928.879	8.663.536	
TOTAL DO ATIVO	28.294.529	30.945.712	37.299.010	

BALANÇO PATRIMONIAL		dez/22	jan/23	fev/23
PASSIVO	CIRCULANTE	9.151.629	10.325.028	15.260.582
	Fornecedores	5.054.885	5.401.464	9.767.765
	Obrigações sociais e trabalhistas	135.869	141.455	215.387
	Obrigações fiscais	800.497	1.281.998	1.782.604
	Provisões	487.764	487.764	487.764
	Demais contas a pagar	607.963	607.963	607.963
	Parcelamentos	2.449.002	2.404.385	2.399.101
	NÃO CIRCULANTE	-	-	-
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19.142.899	19.142.899	22.038.428
	Capital social	15.010.000	15.010.000	15.010.000
Lucros ou Prejuízos acumulados	4.132.899	4.132.899	4.132.899	
Resultado do exercício em curso	-	1.477.784	2.895.529	
TOTAL DO PASSIVO	28.294.529	29.467.928	37.299.010	

Fornecedores: compreende fornecedores (R\$ 2,1 milhões), sub empreiteiros (R\$ 7,4 milhões) e retenções contratuais (R\$ 164,4 mil). O aumento das compras a prazo e serviços prestados por empreiteiros, geraram um acréscimo da rubrica de 81%. Em meio aos principais fornecimentos, destacam-se Della Pasqua (R\$ 2,4 milhões), Avensi (R\$ 2,8 milhões) e Coqueiro Comercio (R\$ 705 mil). Os contratos da Della Pasqua relatam que os serviços contratados são de mão de obra, materiais, equipamentos e demais insumos para serviços a serem realizados em Tupanciretã e Ivorá, a um valor total estimado de R\$ 41,4 milhões. O contrato de Avensi Construtora, traz como objeto os mesmos serviços e materiais, contudo, parcial, do trecho de Ivorá que totaliza o valor estimado de R\$ 15,8 milhões. O relatório financeiro, de controle interno da empresa, não foi encaminhado. Desta forma, não é possível atestar o saldo contabilizado

Obrigações Sociais e Trabalhistas: o acréscimo de 52% da rubrica, foi resultante, em sua maior parte, da inadimplência do INSS. Os principais saldos são de provisões (R\$ 154 mil), INSS (R\$ 40,7 mil) e salários (R\$ 17,7 mil). Os salários e FGTS foram pagos. Quanto ao INSS correspondente a janeiro/2023, que deveria ter sido pago em fevereiro/2022, foi parcelado em março/2023, conforme requerimento encaminhado. O valor de R\$ 27.300,99, foi parcelado em 54 vezes.

Obrigações fiscais: compreende, principalmente, impostos s/ serviços (R\$ 557 mil), obrigações fiscais s/ faturamento diferido (R\$ 527,3 mil) e COFINS (R\$ 532,5 mil). A inadimplência dos tributos, faz com que a rubrica cresça mensalmente, apresentando um aumento de 39% em fevereiro.

Parcelamentos: a amortização mensal do parcelamento simplificado, motivou o decréscimo de R\$ 5,2 mil. Contempla parcelamento simplificado (R\$ 2,1 milhão) e parcelamento na PGFN (R\$ 263,9 mil).

3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS- DRE BGSE



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DRE	dez/22	jan/23	fev/23	2023
Receita Bruta	5.684.658	7.941.748	8.466.445	16.408.194
Deduções sobre vendas	-336.489	-502.735	-544.709	-1.047.444
RECEITA LÍQUIDA	5.348.169	7.439.013	7.921.737	15.360.750
CUSTOS	-4.725.027	-5.398.278	-6.256.617	-11.654.895
CUSTOS DIRETOS	-4.718.573	-5.372.179	-6.117.606	-11.489.784
Materiais diretos	-694.747	-685.577	-448.524	-1.134.101
Mão de obra direta	-16.807	-14.902	-17.377	-32.279
Serviços empreitados	-3.568.960	-3.638.217	-4.645.328	-8.283.545
Equipamentos de produção	-438.059	-1.033.482	-1.006.377	-2.039.859
CUSTOS INDIRETOS	-6.454	-26.099	-139.011	-165.111
Material indireto	-784	-5.324	-102.168	-107.492
Outros custos indiretos	-5.670	-20.775	-36.843	-57.618
LUCRO BRUTO	623.142	2.040.735	1.665.120	3.705.855
DESPESAS	-637.683	-562.952	-247.375	-810.326
DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS	-245.789	-171.923	-238.025	-409.947
Despesas com pessoal	-96.543	-65.451	-129.338	-194.789
Ocupação, comunicação e energia	-9.137	-8.500	-8.465	-16.964
Serviços de terceiros	-100.243	-61.748	-67.527	-129.274
Despesas c/ veículos adm.	-8.219	-9.073	-13.447	-22.520
Viagens e representações	-669	-578	-	-578
Outras despesas	-21.977	-16.383	-11.888	-28.271
Despesas não dedutíveis	-9.001	-10.190	-7.361	-17.551
EVENTOS FINANCEIROS	-7.805	-4.526	-8.006	-12.532
Despesas financeiras	-7.805	-5.579	-8.677	-14.256
Receitas financeiras	-	1.053	670	1.723
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	-1.170	-2.141	-1.348	-3.488
OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OP.	12.085	-384.363	4	-384.359
Imposto de Renda e Contribu. Social S/L	-395.005	-	-	-
RESULTADO	-14.541	1.477.784	1.417.745	2.895.529

Receita Bruta: as novas medições do DAER, motivaram o acréscimo de 7% no período. As variações da receita em obras de construção civil verificados, não implicam em novos contratos e sim em medições de trabalho executados, que é a base do faturamento. As obras em andamento são de Ivorá e Tupanciretã.

Deduções sobre vendas: compreende unicamente, impostos s/ faturamento (R\$ 544,7), que foi proporcional a variação da receita.

Custos: os custos exibiram acréscimo de 16%, em sua maior parte, pelos serviços empreitados e material direto. Contempla, principalmente, Sub- Empreiteiros (R\$ 4,6 milhões), custos com os equipamentos de produção (R\$ 1 milhão) e materiais diretos (R\$ 448,5 mil).

Despesas Gerais Administrativas: compreende, em sua maioria, despesa com pessoal (R\$ 129,3 mil), prestação de serviço (R\$ 62,5 mil) e despesas com veículos (R\$ 13,4 mil) sendo eles combustíveis e manutenção. O mês apresentou acréscimo de 38%, especialmente, pelos desembolsos com pessoal. Em janeiro, em virtude das férias concedidas e menor volume de horas trabalhadas, a despesa foi menor, justificando a variação. Dentre os principais serviços prestados estão Carlos Alexandre Dutra Dos Santos (R\$ 14,2 mil) que presta serviços na área de TI à empresa de forma regular; Glh Controle, Planejamento E Estratégia (R\$ 13,4 mil); e Schwambach Consultoria (R\$ 12,7 mil).

Resultado Financeiro: o resultado financeiro foi negativo de R\$ 8.006,21, resultante dos juros de mora (R\$ 6,7 mil), despesas bancárias (R\$ 1,2 mil) e multas (R\$ 646,69). As receitas do período, foram com descontos obtidos (R\$ 670,37) e juros recebidos (R\$ 0,05).

Despesa tributária: compreende taxas de R\$ 1,3 mil, com o tabelionato de notas e CREA.

Resultado: o período expôs lucro de R\$ 1.417.744,98. O ano de 2023 acumula resultados positivos de R\$ 2.895.528,64.

3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS- DFC BGSE



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

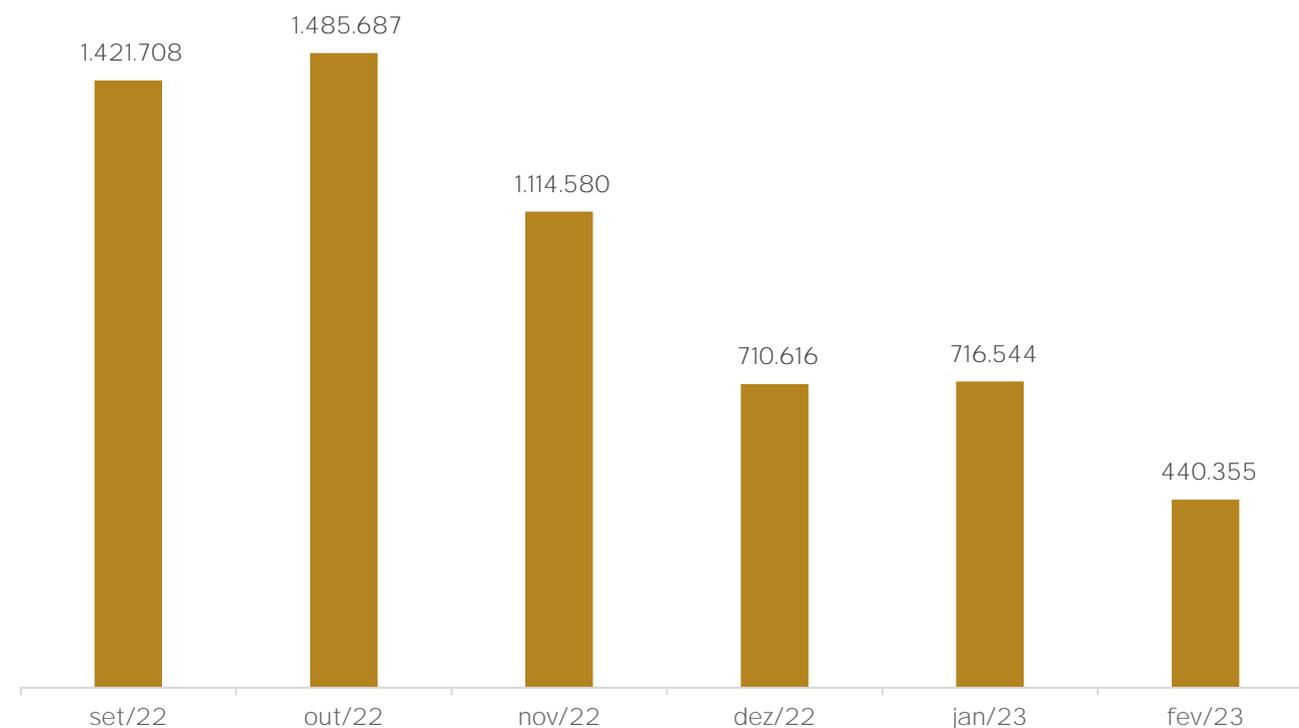
	dez/22	jan/23	fev/23
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(+) Recebimento de Clientes	3.769.510	5.530.730	1.855.564
(+) Recebimento por Ressarcimento de Despesas	1	-	5
(+/-) Recebimento/(pagamento) Adiantamentos a Fornecedores	-176.166	-109.849	-69.763
(-) Pagamento a Fornecedores a Prazo	-3.250.493	-4.784.970	-1.524.084
(-) Pagamento a Fornecedores a vista	-20.406	-31.305	-16.864
(-) Pagamento a Credores	-6.700	-1.800	-14.905
(-) Pagamento a Despesas Legais e Judiciais	-4.906	-4.919	-1.208
(-) Pagamento Serviços Profissionais	-	-	-2.037
(-) Pagamento Remuneração a Empregado	-65.162	-53.280	-46.472
(-) Pagamento Benefícios a Empregados	-11.104	-11.928	-13.446
(-) Pagamento Outros Encargos a Empregados	-	-5.218	-7.954
(-) Pagamento Fundo de Garantia	-5.340	-	-3.649
(-) Pagamento Previdência Social	-17.500	-	-
(-) Pagamento Instituições Financeiras	-	-	-
(-) Pagamentos Locações e Aluguéis	-8.454	-7.196	-8.623
(-) Pagamento de Seguros	-277	-	-
(-) Pagamento tributos Municipais	-	-22.504	-980
(-) Pagamento Tributos Federais Retidos na Fonte	-595	-1.189	-890
(-) Pagamento Demais Despesas Tributárias	-1.362	-2.524	-1.635
(-) Pagamento Parcelamento Simplificado (Impostos e Previdência e FGTS)	-49.078	-44.617	-5.285
(=) Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operac. antes dos Enc. Financeiros	151.969	449.429	137.773
(-) Pagamento Encargos Financeiros	-3.400	-1.239	-1.277
(-) Pagamento Juros e Multas	-4.400	-4.310	-7.399
(=) Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operac. após os Enc. Financeiros	144.169	443.880	129.096
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(=) Caixa Líquido usado nas atividades de investimentos	-	-	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
(-) Pagamento Imobilizado de Pequeno Porte	-749	-	-
(+/-) Recebimento/(pagamento) Partes relacionadas	-547.384	-437.953	-405.285
(=) Caixa Líquido usado nas pelas Atividades de Financiamentos	-548.133	-437.953	-405.285
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-403.964	5.928	-276.189
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	1.114.580	710.616	716.544
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	710.616	716.544	440.355

Atividade Operacional: o caixa operacional de fevereiro foi positivo de R\$ 129 mil, motivado pelos recebimentos de clientes (R\$ 1,8 milhões). As principais saídas foram com pagamentos a fornecedores (R\$ 1,5 milhões), baixa de adiantamentos a fornecedores (R\$ 69,7 mil) e remuneração a empregados (R\$ 46,4 mil).

Atividade de financiamento: compreende as transações de mútuo entre as partes relacionadas de valores concedidos para a CBG de R\$ 405,2 mil.

O caixa líquido no final de fevereiro, foi de R\$ 440.354,72, que confere com o saldo das disponibilidades no ativo.

Evolução dos valores em caixa R\$



4. ENDIVIDAMENTO EXTRA-CONCURSAL – DÍVIDA TRIBUTÁRIA

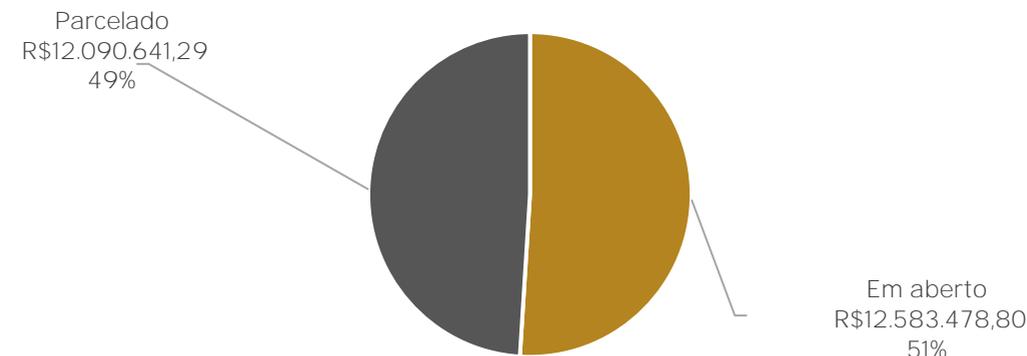


A Companhia não apresenta regularidade fiscal, visto que não realiza o pagamento integral dos tributos. A dívida tributária da Construtora Brasília Guaíba, atualizada até fevereiro de 2023, é de **R\$ 24.674.120,09**. De acordo com a empresa, no dia 30/04/2022, solicitaram na PGFN a transação individual para o parcelamento dos débitos tributários, previdenciários e FGTS, apresentaram as garantias necessárias e estão aguardando a análise final para contratação do parcelamento. A Recuperanda informou que o assunto está parado com a Caixa Econômica Federal. Sendo assim a PGFN não concluiu o laudo. Em dezembro/2022, houve novos parcelamentos junto a Fazenda Estadual, de débitos de IPVA, multas e ICMS em até 180 parcelas.

Posição do Passivo Fiscal



Posição do passivo tributário CBG

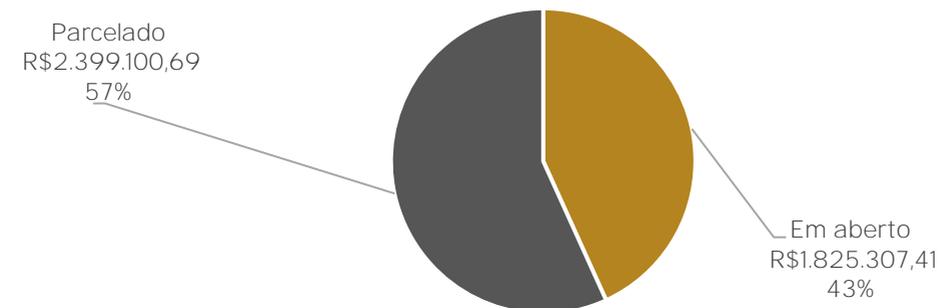


O passivo tributário da BGSE, ao final de fevereiro/2023, era de **R\$ 4.224.408,10**. Em março/2022, ocorreu parcelamento de tributos. Os débitos negociados foram de PIS, COFINS, CSSL, IRPJ, IRPF e IOF. O valor devido era de R\$ 384,4 mil, que com a incidência de multas e juros, totalizou R\$ 470,9 mil. O montante foi parcelado em 60 vezes, com o primeiro pagamento para 31/03/2022. Houve a adesão de parcelamentos da Receita Federal, em 05/09/2022 referente a dívida consolidada de R\$ 17.009,75 em 34 parcelas; em 26/09/2022 no valor total de R\$ 25.832,62 negociados em 51 parcelas; e em 27/09/2022 pertinente a dívida de R\$ 1.763.541,87 parcelado em 60 vezes. Os tributos negociados foram INSS, IR na fonte, IR s/ 1º e 2º trimestre de 2022, PIS e COFINS. Em março/2023, houve parcelamento do INSS correspondente a janeiro/2023. O valor de R\$ 27.300,99, foi parcelado em 54 vezes.

PASSIVO TRIBUTÁRIO

IMPOSTO	VALOR EM ABERTO
INSS a recolher	40.760,89
FGTS a recolher	2.460,04
SSQN a recolher	557.005,98
PIS a recolher	118.808,20
COFINS a recolher	532.516,35
RRF S/ trab. Assalariado a recolher	36.556,13
RRF (demais IRRF) a recolher	9.819,35
COFINS s/ faturamento diferido	433.463,39
PIS s/ faturamento diferido	93.917,08
Parcelamento Simplificado Impostos	2.135.195,51
Parcelamento PGFN	263.905,18
TOTAL	4.224.408,10

Posição do passivo tributário BGSE



4. ENDIVIDAMENTO EXTRAJUDICIAL – BANCOS NÃO SUJEITOS À RJ



Segue abaixo última posição repassada pela empresa:

Banco Bradesco: a CBG informou que está negociando 6 lotes da matrícula 2216 em Portão, e depende da individualização para fechamento da operação (aguardando a dispensa da certidão de tributos por parte do juiz para o RI de Portão emitir as novas matrículas).

Banco Fibra: a empresa informou em seus esclarecimentos que, receberam as matrículas 17.779 e 17.784 da individualização, e encaminharam ao banco para avaliação e seguimento na negociação da liquidação do saldo da garantia real.

Banco do Brasil: de acordo com a Recuperanda, os contratos de Finame com garantia de equipamentos foram executados por penhora em contas bancárias, desprezando a alienação dos bens. A empresa ingressou com ação judicial contra a extrajudicialidade dos contratos de Finame, pois o banco dispensou a garantia na ação de cobrança, e aguarda sentença do juiz.

Banco BIC: segundo a Recuperanda, com a rescisão unilateral do contrato do DNIT, que era a garantia do contrato firmado com Banco BIC, os valores deverão ser classificados como quirografários, devendo ser liquidados com a cessão de recebíveis, conforme prevê o Plano da RJ. A empresa apresentou manifestação nesse sentido diretamente à Administração Judicial, ao Banco BIC e também nos autos da recuperação judicial. No entanto, por se tratar de crédito bancário cuja sujeição ao PRJ depende de análise mais aprofundada, esta Administração orientou a Recuperanda a promover o competente pedido de retificação do quadro geral de credores, a fim de viabilizar a correta verificação do caso e possibilitar o contraditório pela instituição bancária. Ainda, nos próprios autos do processo, entendeu ser inviável o atendimento da pretensão da empresa sem eventual desconstituição dos termos do acordo, o que deveria ser discutido por ação própria. O Juízo determinou a intimação da Recuperanda para ciência e providências, não tendo deliberado sobre o mérito do pedido.

Banco Átria: o banco já adjudicou o terreno que estava alienado na confissão de dívida, portanto, está quitado.

CREDOR	CNPJ / CPF	VALOR R\$
BANCO BRADESCO S/A	60.746.948/0001-12	1.574.004,17
BANCO DO BRASIL S/A	00.000.000/0001-91	3.340.902,23
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL - BICBANCO S/A	07.450.604/0001-89	8.124.741,32
BANCO ATRIA S/A	05.956.581/0001-53	950.000,00
VALOR TOTAL		13.989.647,72

5. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL



Proposta de Pagamento

CONDIÇÕES DO PLANO									
CLASSE	Subclasse	INÍCIO DOS PAGAMENTOS	FIM DOS PAGAMENTOS	Nº PARCELAS	PERIODICIDADE	JUROS	CORREÇÃO	RECURSOS UTILIZADOS	FORMA DE RECEBIMENTO
Classe I - Trabalhista	Créditos de até R\$ 70 mil	nov/17	nov/18	-	-	-	-	i) mediante compensação de eventuais créditos; ii) recursos de caixa; iii) alienação de UPI.	Integralmente, até nov/18.
	Créditos acima de R\$ 70 mil	nov/17	nov/18	-	-	-	-	i) dação em pagamento de lotes individuais ou fração proporcional ao valor de avaliação da Matrícula 5.862.	Integralmente após dação dos lotes.
Classe II - Garantia Real	Aplicável a todos	-	-	-	-	-	-	(i) dação em pagamento de suas respectivas garantias, respeitados os valores dos seus créditos, com respectiva quitação total do crédito.	Dação de garantia
Classe III - Quirografários	Credores Operacionais de Pequeno Crédito - Até R\$ 10 mil	nov/17	nov/21	48	Mensal	3% a.a.	TR	i) recursos de caixa para o pagamento mensal.	Parcelado, em 48 meses
	Credores Financeiros Parceiros	nov/17	nov/37	240	Mensal	4% a.a.	TR	i) parcelas mensais; ii) reforços de pagamento com alienação e, conseqüente direcionamento dos recursos para amortização do saldo devedor dos ativos pertencentes a Sociedade de Propósito Específico Camaquã, controlada pela Recuperanda.	Parcelada, em 240 meses
	Credores Financeiros de Grande Valor	-	-	-	-	-	-	i) Pagamento mediante cessão fiduciária de direitos creditórios sobre processos contra o DNIT, DH do Estado de São Paulo e COMPESA.	Cessão fiduciária de direitos creditórios
	Credores Financeiros Ordinários	-	-	-	-	-	-	i) Pagamento mediante cessão fiduciária de direitos creditórios dos processos contra a Prefeitura de Porto Alegre.	
	Credores Operacionais Ordinários	-	-	-	-	-	-	i) Pagamento através de cessão fiduciária de direitos creditórios líquidos e cessão de transferência dos direitos, ações e exceções da UIP SPE Pedreira Rincão, SPE Três Passos	
	Credores Operacionais Colaborativos	-	-	-	-	-	-	i) Pagamento mediante cessão fiduciária de direitos creditórios sobre processos contra o DNIT, DH do Estado de São Paulo e COMPESA.	
Classe IV - ME e EPP	Credores Operacionais de Pequeno crédito - Até R\$ 10 mil	nov/17	nov/21	48	Mensal	3% a.a.	TR	i) recursos de caixa para o pagamento mensal.	Parcelado, em 48 meses
	Credores Operacionais Ordinários	-	-	-	-	-	-	i) Pagamento através de cessão fiduciária de direitos creditórios líquidos e cessão de transferência dos direitos, ações e exceções da UIP SPE Pedreira Rincão, SPE Três Passos.	Cessão fiduciária de direitos creditórios
TOTAL									

5. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL – RESUMO DE PAGAMENTO



Prestação de Contas

Abaixo segue resumo dos pagamentos de créditos concursais realizados pela Recuperanda. Registra-se que a prestação de contas detalhada referente ao cumprimento das obrigações do PRJ está em incidente específico, conforme determinações da Lei 11.101/2005, e em nosso site: www.administradorjudicial.adv.br.

CONDIÇÕES DO PLANO				ATUALIZAÇÃO EM FEVEREIRO/2023				OBSERVAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL
CLASSE	Subclasse	INÍCIO DOS PAGAMENTOS	FIM DOS PAGAMENTOS	VALOR A PAGAR	PAGO	EM ATRASO	A VENCER	
Art. 83, VIII	-	-	-	1.273.874,06	-	-	1.273.874,06	O saldo em aberto, se refere ao valor arrolado em favor do sócio André Loiferman.
Classe I - Trabalhista	Créditos de até R\$ 70 mil líquidos	nov/17	nov/18	6.104.800,93	4.469.414,93	1.686.473,66	-	-
	Créditos de até R\$ 70 mil ilíquidos	-	-	640.338,45	468.484,70	211.677,64	-	Os pagamentos referem-se aos credores com data incorreta na certidão, mas que foram pagos pela CBG.
	Créditos acima de R\$ 70 mil	nov/17	nov/18	12.027.980,40	4.593.829,14	7.434.151,26	-	A empresa encaminhou os termos de cessão e quitação antecipada de 14 credores trabalhistas, contudo, considerando que o plano de loteamento não foi finalizado, esta Administração Judicial entende pertinente ter como quitados os créditos somente após a cessão definitiva.
Classe II - Garantia Real	Aplicável a todos	-	-	9.118.235,98	-	9.118.235,98	-	Ainda não houve formalização da dação em pagamento das respectivas garantias.
Classe III - Quirografários	Credores Operacionais de Pequeno Crédito - Até R\$ 10 mil	nov/17	nov/21	542.723,49	423.120,82	151.061,93	-	A Recuperanda realizou a liquidação do valor principal, em única parcela sem juros. A atualização foi paga, parcialmente, em junho/2022.
	Credores Financeiros Parceiros	nov/17	nov/37	42.262.034,67	-	2.558.666,67	39.703.368,00	O valor em atraso contempla 55 parcelas em atraso relativo ao credor Barrisul S/A.
	Credores Financeiros de Grande Valor	-	-	60.092.487,51	60.092.487,51	-	-	A Recuperanda emitiu a notificação de cessão de créditos oriundos da ação judicial do DNIT e alienação das UPI's, conforme prevê o Plano, portanto, os credores notificados foram considerados como pagos. Contudo, aguarda-se o leilão das UPIs nos autos processuais para então serem perfectibilizados os termos de cessão nos devidos percentuais, ocasião na qual as cessões serão comunicadas também na ação judicial do DNIT e quando, finalmente, serão considerados quitados.
	Credores Financeiros Ordinários	-	-	4.295.573,77	4.295.573,77	-	-	
	Credores Operacionais Ordinários	-	-	37.159.299,97	37.157.406,23	1.893,74	-	
	Credores Operacionais Colaborativos	-	-	4.364.585,98	4.364.585,98	-	-	
Classe IV - ME e EPP	Credores Operacionais de Pequeno crédito - Até R\$ 10 mil	nov/17	nov/21	256.767,39	202.092,92	88.599,29	42.214,97	A Recuperanda está realizando a liquidação do valor principal, em única parcela sem juros, mas irá proceder com os cálculos de encargos e posterior pagamento da diferença. Assim, o valor em atraso contempla 58 parcelas de credores que não foram pagos e a correção monetária de todos os créditos.
	Credores Operacionais Ordinários	-	-	7.269.107,83	7.269.107,83	-	-	A Recuperanda emitiu a notificação de cessão fiduciária de direitos creditórios a todos os credores, de acordo com comprovações enviadas à Administradora Judicial. Contudo, aguarda-se o leilão das UPIs nos autos processuais para então serem perfectibilizados os termos de cessão nos devidos percentuais, ocasião na qual as cessões serão comunicadas também na ação judicial do DNIT e quando, finalmente, serão considerados quitados.
TOTAL				185.407.810,43	123.336.103,83	21.250.760,17	41.019.457,03	



ANEXOS

I – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE FEVEREIRO/2023



medeiros²
administração judicial



 **0800 150 1111**

 **+55 51 99871-1170**

PORTO ALEGRE

Av. Dr. Nilo Peçanha, 2900 - 701
RS - CEP 91330-001

NOVO HAMBURGO

R. Júlio de Castilhos, 679, Salas 111 e 112,
RS - CEP 93.510-130

CAXIAS DO SUL

Av. Itália, 482/501, Ed. Doménica Verdi
RS - CEP 95010-040

BLUMENAU

Rua Dr. Artur Balsini, 107, BBC Blumenau
Bairro Velha - CEP: 89036-240

RIO DE JANEIRO

Rua da Quitanda, 86 - 2ª andar, Ed.
Galeria Sul América Seguros
Bairro Centro - CEP: 20091-005

SÃO PAULO

Av. Brig. Faria Lima, 422L 1ª andar
Bairro Itaim Bibi - CEP: 04538-133

BGSE CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ Nº 35.185.193/0001-87
BALANCETE DE FEVEREIRO



ATIVO

	<u>02-2023</u>	<u>12/2022</u>
CIRCULANTE		
Disponível	286.450,78	4.008,44
Aplicações Financeiras	153.903,94	706.607,50
Contas a Receber	-	5.536.730,06
Serviços a Faturar	14.448.780,94	
Adiantamento a Terceiros	1.016.966,80	1.012.917,30
Demais Valores a Receber	535.935,65	489.844,16
Total do ativo circulante	<u>16.442.038,11</u>	<u>7.750.107,46</u>
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Deposito Judiciais	-	
Partes Relacionadas	11.893.436,23	11.050.198,66
Investimentos	300.000,00	300.000,00
Imobilizado	8.663.536,04	9.194.222,80
Total do ativo não circulante	<u>20.856.972,27</u>	<u>20.544.421,46</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>37.299.010,38</u>	<u>28.294.528,92</u>

BGSE CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ Nº 35.185.193/0001-87
BALANCETE DE FEVEREIRO



PASSIVO

	<u>02-2023</u>	<u>12/2022</u>
CIRCULANTE		
Fornecedores	9.767.765,07	5.054.884,86
Obrigações Sociais e Trabalhistas	215.386,52	135.869,29
Obrigações Fiscais	1.782.603,72	800.497,05
Provisões p/ Imp Renda e Contr Social	487.763,51	487.763,51
Parcelamento de Tributos	2.399.100,69	2.449.002,13
Demais Contas a Pagar	607.962,74	607.962,74
Sociedade em Conta de Participação	0,00	(384.350,15)
Total do Passivo circulante	15.260.582,25	9.151.629,43
PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO		
Partes Relacionadas	-	-
Parcelamento de Tributos	-	-
Total do Passivo Exigível a Longo Prazo	0,00	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Realizado	15.010.000,00	15.010.000,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	4.132.899,49	529.189,00
Lucro do Exercício	2.895.528,64	3.603.710,49
Total do patrimônio líquido	22.038.428,13	19.142.899,49
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	37.299.010,38	28.294.528,92

Handwritten signature in blue ink.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	02-2023	12/2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	16.408.193,69	22.435.486,88
Tributos e deduções de vendas	(1.047.443,92)	(1.917.870,05)
Receita operacional líquida	15.360.749,77	20.517.616,83
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(11.654.894,75)	(12.907.391,25)
LUCRO BRUTO	3.705.855,02	7.610.225,58
RECEITAS (DESPESAS)		
Despesas gerais e administrativas	(409.947,40)	(2.802.243,17)
Outras receitas (despesas) operacionais	(384.358,59)	12.139,39
Despesas Tributárias	(3.488,32)	(10.263,08)
Receitas financeiras	1.723,45	294,87
Despesas financeiras	(14.255,52)	(529.423,79)
Resultado antes do imposto de renda e da Cssl	2.895.528,64	4.280.729,80
Imposto de Renda e Contrib. Social	0,00	(677.019,31)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.895.528,64	3.603.710,49


BGSE Construções Ltda
Andre Loiferman
CPF 354.259.200,59

Sérgio Rodrigues dos Santos
CPF 401.148.050-91
CRC-RS 47716

CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA LTDA.
"em recuperação judicial"
CNPJ Nº 33.192.873/0001-00
BALANCETE DE FEVEREIRO 2023
ATIVO



	02-2023	12-2022
CIRCULANTE		
Disponível	1.614,87	1.140,79
Aplicações financeiras		
Contas a receber	18.681.422,08	18.681.422,08
Serviços a faturar	11.865.891,30	11.865.891,30
Estoques	36.285,68	36.285,68
Adiantamentos a Terceiros	3.136.753,20	3.134.873,20
Outros Crédidos a Receber	944.683,31	945.692,89
Total do ativo circulante	34.666.650,44	34.665.305,94
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais	2.480.311,84	2.480.311,84
Partes relacionadas	2.608.033,24	2.517.095,28
Investimentos	19.142.899,49	19.142.899,49
Imobilizado	3.087.759,44	3.087.759,44
Total do ativo não circulante	27.319.004,01	27.228.066,05
TOTAL DO ATIVO	61.985.654,45	61.893.371,99

CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA LTDA.

"em recuperação judicial"

CNPJ Nº 33.192.873/0001-00

BALANCETE DE FEVEREIRO 2023



PASSIVO

	02-2023	12-2022
CIRCULANTE		
Instituições financeiras	3.310.890,46	3.310.890,46
Fornecedores	5.113.036,34	5.240.667,93
Obrigações sociais e trabalhistas	6.278.497,03	6.185.057,45
Provisões Trabalhistas	22.598,29	17.078,67
Obrigações fiscais	2.994.525,52	2.949.925,82
Parcelamentos Simplificado	916.435,24	916.435,24
Parcelamentos Pert	2.523.968,79	2.523.968,79
Parcelamentos Estaduais	433.186,71	434.276,48
Parcelamentos Municipais	54.423,22	61.048,90
Parcelamentos PGFN	21.041,16	28.155,62
Demais contas a pagar	1.867.065,92	1.917.157,04
Total do passivo circulante	23.535.668,68	23.584.662,40
NÃO CIRCULANTE		
Instituições financeiras	2.555.000,59	2.555.000,59
Fornecedores	132.039,73	132.039,73
Obrigações sociais e trabalhistas	561.367,06	561.367,06
Obrigações fiscais	3.269.141,39	3.269.141,39
Parcelamento Impostos PERT	7.746.010,81	7.746.010,81
Parcelamentos Simplificado	838.418,99	838.418,99
Partes relacionadas	19.488.589,87	19.145.206,65
Total do passivo não circulante	34.590.568,44	34.247.185,22
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	44.829.350,00	44.829.350,00
Ajustes de avaliação patrimonial	1.852.720,47	1.852.720,47
Prejuízos acumulados	(42.612.496,10)	(36.898.662,71)
Resultado do Exercício em Curso	(210.157,04)	(5.721.883,39)
Total do patrimônio líquido	3.859.417,33	4.061.524,37
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	61.985.654,45	61.893.371,99

CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA LTDA.
"em recuperação judicial"
CNPJ Nº 33.192.873/0001-00
BALANCETE DE FEVEREIRO 2023
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO



	02-2023	12-2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	322.270,21	1.805.132,56
Tributos e deduções de vendas	(19.719,81)	(118.380,13)
Receita operacional líquida	302.550,40	1.686.752,43
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(112.162,97)	(2.218.950,88)
LUCRO BRUTO	190.387,43	(532.198,45)
RECEITAS (DESPESAS)		
Despesas gerais e administrativas	(270.142,23)	(7.640.252,95)
Outras receitas (despesas) operacionais	1.720,92	3.639.479,56
Despesas Tributárias	(5.877,00)	(106.035,33)
RESULTADO ANTES DO MOV. FINANCEIRO	(83.910,88)	(4.639.007,17)
Receitas financeiras	0,01	3.439,02
Despesas financeiras	(126.246,17)	(1.086.315,24)
Resultado antes do imposto de renda e da Cssl	(210.157,04)	(5.721.883,39)
Imposto de Renda e Contrib. Social		
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(210.157,04)	(5.721.883,39)


Construtora Brasília Guaíba Ltda
Em Recuperação Judicial
André Loiferman CPF 354.259.200,59
Diretor Presidente


Sérgio Rodrigues dos Santos
CPF 401.148.050-91
CRC-RS 47716